

Votação pode ter novo prazo

A Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem, na prática, prazo para ser votada. O prazo previsto pela Constituição — até 15 de dezembro — para o projeto votado pelo Congresso Nacional ser enviado a sanção do Presidente da República poderá ser alterado caso haja um impasse no plenário.

De acordo com o Parágrafo 2º, do Artigo 57 da Cons-

tituição, “a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias”. O que significa que se, no último dia de votação, o plenário não conseguir aprovar o Orçamento, a sessão não poderá ser encerrada, apenas suspensa e retomada quantas vezes forem necessárias até a decisão final do Legislativo.

Neste caso, segundo assessores parlamentares, o

Governo poderá lançar mão das medidas provisórias, que têm validade por um mês, para resolver questões que dependam da aprovação do Orçamento. Mas eles consideram essa hipótese remota, pois acreditam que o relatório final da Comissão Mista dificilmente será alterado em plenário, já que foi composta de acordo com os critérios de proporcionalidade partidária.